

Ulysses busca apoio para Constituinte

O presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, descartou ontem, na prática, a convocação de uma Constituinte exclusiva, separada do Congresso, ao ressaltar em entrevista que "a tradição brasileira é de não ruptura, mas de composição da ordem institucional".

Ulysses, que reúne hoje num jantar em sua residência do Lago Sul os líderes de todos os partidos na busca de um consenso em torno da Emenda do Governo sobre a Constituinte, elogiou a posição da Conclat, defendendo a Constituinte congressual, como propôs o presidente José Sarney.

Isso ajuda muito — disse o deputado — porque reflete uma posição amadurecida dos trabalhadores, que querem ver restaurada a ordem jurídica no País, no mais rápido espaço de tempo possível e dentro de nossa realidade política.

COMISSÃO

O presidente da Câmara, que já enviou à Comissão Mista do Congresso um volumoso relatório sobre a Constituinte italiana de 1947 e a Constituinte espanhola de 1977, vai ainda levar uma proposta aos líderes partidários, e ao relator e presidente da Comissão, Flávio Bierrembach (PMDB-SP) e Helvidio Nunes (PDS-PI), que também comparecerão ao jantar.

Esta proposta consiste na criação de uma comissão de parlamentares, eleitos em 1986, de preferência com o atual número de senadores, 69, mas integrada também de deputados, para funcionar como corpo legislativo, para fazer as leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

A comissão visaria a liberar o restante dos parlamentares para o trabalho de elaboração da Nova Constituição e ao mesmo tempo preservar a função Legislativa do Congresso. E que nas três Constituintes republicanas anteriores (as de 1891, 1934 e 1946) o Congresso Constituinte ficou totalmente sem condições de legislar, cabendo aos presidentes de então governar através de decretos-leis, como verdadeiros ditadores.

A proposta de Ulysses foi bem recebida entre os grandes partidos, sobretudo o PMDB, PFL e PDS, que rejeitam a ideia de Constituinte exclusiva, como vêm propondo a OAB, setores da Igreja e o PT.

Preferem porém os líderes submeter à bancada qualquer decisão que venham a tomar. Alguns deles, como é o caso do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, examinam outras opções para que o Congresso pos-

sa legislar na Constituinte, como a divisão de turnos, para que todo o Parlamento, e não apenas uma comissão, vote as leis e fiscalize o Executivo.

URGÊNCIA

Ulysses Guimarães também contempla essas ideias, mas observa ser necessário que se adote uma posição uniforme, para que não haja dificuldade de, na votação da emenda, alcançar-se o quorum qualificado de dois terços de cada uma das casas.

— Esse quorum é muito difícil de ser obtido — disse o presidente da Câmara — e precisamos votar a Emenda da Constituinte antes da eleição de 15 de novembro.

Segundo os entendimentos mantidos na Aliança Democrática e no próprio Palácio do Planalto, a Emenda Sarney, que não se omitiu quanto à função legislativa do Congresso, será votada em forma de substitutivo do relator Flávio Bierrembach, entre 21 e 25 deste mês.

O substitutivo deverá incorporar, além do papel legislativo do Congresso, as modificações quanto aos prazos de desincompatibilização dos ministros, secretários e governadores de Estado candidatos à Constituinte.

Há ainda uma emenda que prevê a anistia ampla, geral e irrestrita de militares e civis punidos, mas não de todo alcançados pela Lei da Anistia de 1979. Quanto a isso, porém, Ulysses assumiu uma atitude de não envolvimento.

A emenda, de autoria do deputado Jorge Uequet (PMD-RS), teria recebido o veto da área econômica do Governo e das próprias Forças Armadas, uma vez que reintegraria, com patentes de acordo com a idade atual, os militares e servidores civis, além de pagar-lhes todos os atrasados com base na nova patente e com juros e correção monetária.

DESTAQUES

Ulysses Guimarães observou contudo ser esta, como a da Constituinte exclusiva, uma questão polêmica, que deverá ser decidida no voto, através de um sistema de votação, conhecido por destaques. p este sistema, o Congresso vota o substitutivo geral, ressaltados os destaques para essas matérias polêmicas, com votação separada para cada um deles.

Como são necessários os votos favoráveis de dois terços dos senadores e deputados para que sejam aprovadas, estas matérias dificilmente lograrão êxito, sobretudo se houver veto por parte do Governo, que só precisa de 1/3 para inviabilizá-los.

PDS não oferecerá subsídio ao debate

O PDS não vai oferecer qualquer subsídio ao debate em torno da emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte durante o jantar dos líderes dos partidos políticos, hoje, à noite, com o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Preocupados com as dificuldades existentes em relação ao assunto, os líderes do PDS na Câmara e no Senado, deputado Prisco Vianna e senador Murilo Badaró, traçaram, na tarde de ontem, uma estratégia comum para a reunião. De acordo com o plano dos dois, ainda que seja

solicitada a opinião do partido, eles declinarão formalmente, esquivando-se.

Para tanto, os líderes do PDS alegarão, informou o senador Murilo Badaró, que em face da complexidade do tema o partido só tomará uma posição oficial após a comissão executiva nacional e as bancadas no Congresso deliberarem a respeito.

— Nós vamos à reunião — disse Prisco Vianna — mais para ouvir do que para falar. Já que a responsabilidade pela sustentação da posição assumida pelo Governo compete exclusivamente à Aliança Democrática.

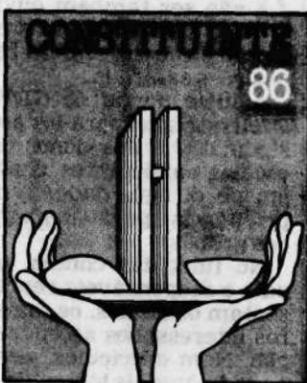
PFL quer emenda Sarney sem cortes

O PFL não aceita qualquer alteração na emenda do presidente Sarney que convoca a Constituinte para 1986. Os dois líderes do partido na Câmara e no Senado, respectivamente deputado José Lourenço e senador Carlos Chiarelli, avisaram, ontem, que os liberais vão votar a emenda da forma que foi enviada pelo Palácio do Planalto.

A posição do partido será comunicada hoje ao presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, durante jantar em sua residência. A única inovação que o PFL admite discutir é a criação de uma comissão para legislar sobre matérias ordi-

nárias no momento em que a Constituinte estiver em pleno funcionamento.

As outras propostas, como a convocação de uma Constituinte autônoma ou a inclusão da figura do delegado constituinte, o PFL nem sequer aceita debater. Na lista de propostas negociáveis para o PFL encontra-se, também a subemenda, do deputado Jorge Uequet (RS), concedendo anistia para os militares punidos pelo movimento de 1964. Segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, a anistia para os militares é uma proposição para ser discutida em outra ocasião.



Jurista propõe plebiscito antes da promulgação

Salvador — O jurista Josafá Marinho, membro da Comissão de Estudos Constitucionais, propôs ontem um plebiscito após a conclusão da Assembléia Nacional Constituinte, para que o povo possa aprovar ou rejeitar a Constituição por ela elaborada. Segundo ele, esta é a fórmula para resgatar o poder constituinte do povo e conferir-se a Carta Magna, antes da promulgação, corresponde aos seus anseios.

Josafá Marinho lembrou que este foi o procedimento da Constituinte da França em 1946. A primeira Constituição, inclusive, foi rejeitada no plebiscito e aprovada no segundo, após as modificações exigidas pela maioria. O ex-senador balano não concorda com a proposta de plebiscito do presidente da OAB, Milton Baeta, para definir se a Constituinte será congressual ou independente, salientando que este é um preciosismo formal que não pode ser resolvido desta forma.

João Amazonas conclama união pela democracia

Fortaleza — O presidente do PC do Brasil, João Amazonas, disse ontem em Fortaleza que as forças democráticas progressistas não podem e nem devem se dispersar. Ele conclamou a todos os cearenses para que apóiem os candidatos que têm compromissos com o processo democrático lembrando, então, a importância da Assembléia Nacional Constituinte. Amazonas disse acreditar que o PC do B tenha participação efetiva na Constituinte a ser eleita em 86 recordando que ele mesmo, em 1945, foi constituinte.

Para Amazonas, o grande avanço apresentado pela Nova República está no campo democrático, "pois é inegável que o País experimenta, depois de 15 de março deste ano, um novo período de Governo, que tem garantido ao povo uma inquestionável franquia democrática".

Reconheceu Amazonas que os avanços registrados a nível democrático não ocorreram até aqui nas áreas sociais e econômicas, o que, porém, precisa ser corrigido tendo em vista os compromissos que foram assumidos com a sociedade brasileira.

Arinos é contra candidato avulso

Rio — O professor Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, disse ontem que a candidatura avulsa é "uma infração irremediável" contra a democracia representativa. Ele acha que não há democracia representativa "com a alienação dos partidos" e que os setores da Igreja que defendem a candidatura avulsa "não entendem nada disso".

Quando leio sobre esse tema, fico assombrado. O partido é instrumento insubstituível para a apresentação e organização e creio que teólogos não deveriam discutir so-

bre isso. Seria a mesma coisa se eu me metesse nas discussões entre o frei Leonardo Boff e o papa, sobre teologia da libertação — disse Afonso Arinos.

O jurista falou, também, sobre os trabalhos da Comissão de Estudos Constitucionais que, em menos de um mês, já recebeu mais de 100 colaborações de diversas entidades de classe e até individuais. Afonso Arinos adiantou que todas as propostas estão sendo analisadas e triadas para serem transformadas em programas de computação. "Vamos elaborar textos específicos sobre cada assunto".

ANC 88
Pasta 10/85-1
068/1985